



O Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, debateu com o Presidente José Sarney os reflexos das medidas tomadas

Brasil vai pedir novo empréstimo de US\$ 5 bilhões

BRASÍLIA — Empréstimos de US\$ 5 bilhões e redução do **spread** (taxa de risco, adicional aos juros externos) dos atuais 1,125 por cento para zero. Essas são as duas principais conquistas que o Governo brasileiro pretende obter das negociações da dívida externa, junto aos bancos credores.

O Governo não tem mais pretensão de conseguir um acordo plurinacional para a rolagem da dívida, como vinha sustentando, pois sabe que as condições de negociação são difíceis e que o superávit comercial de 87 é insuficiente para honrar os compromissos externos.

Confirmada a projeção de US\$ 8 bilhões de saldo comercial neste ano, estimada pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda, o País precisaria ainda de US\$ 4,5 a 5 bilhões para honrar os compromissos que chegarão a US\$ 13 bilhões.

Toda solução deverá ser negociada

com os credores, mas o Governo brasileiro dirá claramente que não tem condição de pagar integralmente esses compromissos. Não se deseja provocar o confronto, segundo adiantou um credenciado assessor da Fazenda.

Por isto, há duas alternativas para negociar: o dinheiro novo necessário à cobertura das despesas, ou a redução do pagamento dos juros externos, ao seu percentual real. Ou seja, o Brasil só pagaria a taxa de juros que excede a inflação americana. Por exemplo, se os juros são de oito por cento e a inflação está em torno de três por cento ao ano, o Brasil só pagaria cinco por cento.

O restante dos juros equivalente à inflação americana, de acordo com essa proposta, seria capitalizado (incorporado ao principal e rolado na negociação). Isso faria com que o valor real da dívida externa (valor cor-

rigido pela inflação externa) se mantivesse, como deseja o Governo.

A redução do 'spread', segundo fontes da área econômica, deve ser reivindicada, porque o México, em condições econômicas piores do que as do Brasil, paga uma taxa mais baixa, de 0,85 por cento. Nem essa taxa é aceitável pelo Governo brasileiro, sob o argumento que o País manteve seus compromissos em dia, enquanto o México não.

A exemplo do que ocorreu com as negociações com o Clube de Paris (onde foi negociada a dívida de governo a governo), a estratégia agora com os bancos comerciais será semelhante. Primeiro, o Governo anuncia a suspensão dos pagamentos por 90 dias, para preservar o nível de suas reservas, que em um ano cairam de US\$ 7,1 bilhões para 3,5 bilhões (dados de fevereiro). Preservado este instrumento de barganha, começará a negociação propriamente dita.